Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Aviso n.º 19917/2008

Concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática

Nos termos do n.º 1, alínea *b*), do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e para efeitos do disposto nos artigos 166.º a 175.º do Código do Procedimento Administrativo, faz-se publico que a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de 20 lugares de especialista-adjunto estagiário, para o Departamento de Telecomunicações e Informática — Área de Informática, aberto por aviso publicado no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 125, de 02 de Julho de 2007, devidamente homologada por despacho de 03.07.2008, do Director Nacional-Adjunto da Polícia Judiciária, Dr. Pedro do Carmo, está afixada, a partir da data da publicação do presente aviso, no seguinte serviço e local:

Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo. 40.º e no n.º 2 do artigo 43.º, conjugado com a alínea *b*) do artigo 44.º, todos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os interessados dispõem do prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, para, querendo, interpor recurso hierárquico, com efeitos suspensivos, para SS. Ex.ª o Ministro da Justiça.

O processo do concurso encontra-se à disposição dos interessados, para consulta, nos dias normais de expediente (das 09 às 12 e das 14 às 17 horas), no Departamento de Recursos Humanos da Polícia Judiciária, sito no Largo de Andaluz, n.º 17, 1050-004 Lisboa.

3 de Julho de 2008. — Pelo Director do Departamento de Recursos Humanos, *António Barbosa.*

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Despacho (extracto) n.º 18593/2008

Por despacho do Presidente deste Instituto, de 11 de Junho de 2008, foi Maria Teresa Almeida Lopes Lomba, primeira ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando afecta à 4.ª Conservatória do Registo Civil do respectivo município, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 18594/2008

Por despacho do Vice-Presidente, em substituição do Presidente deste Instituto, de 23 de Junho de 2008, foi Luís Alberto Cerqueira da Silva Dantas, primeiro ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Vila Verde, ficando afecto à Conservatória dos Registos Predial e Comercial de Vila Verde, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 18595/2008

Por despacho do Vice-Presidente, em substituição do Presidente deste Instituto, de 24 de Junho de 2008, foi Isabel Maria Esteves dos Santos de Saraiva Santana, segunda ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando afecta à Conservatória do Registo Nacional de Pessoas Colectivas de Lisboa, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

Despacho (extracto) n.º 18596/2008

Por despachos do Presidente deste Instituto, de 5 de Junho de 2008:

Teresa Cristina Vale da Silva Oliveira, escriturária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Lisboa, ficando integrada na 5.ª Conservatória do Registo Civil do respectivo município, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

Maurício Veríssimo Rodrigues, segundo ajudante na situação de licença sem vencimento, autorizado a regressar ao serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 108.º do Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Odivelas, ficando afecto à Conservatória dos Registos Predial e Comercial do respectivo município, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2008.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas)

3 de Julho de 2008. — A Vice-Presidente*, Carolina Ferra.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18597/2008

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 2.º grau, seja efectuado por selecção, de entre funcionários com quatro anos de experiência profissional em carreira para cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação, e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º, da mesma lei;

Considerando que dos candidatos ao procedimento de selecção para provimento do cargo de Chefe de Divisão de Programação e Controlo de Investimentos, a licenciada Maria João Martinho Alfeirão é aquela que revelou possuir cumulativamente comprovada experiência profissional no exercício de funções dirigentes na área em apreço; vasta formação profissional nas áreas de interesse para o lugar a prover; forte motivação e sentido de organização e profundos conhecimentos das atribuições da Secretaria-Geral, conforme atesta, de resto, a nota curricular anexa ao presente despacho, do qual faz parte integrante;

Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril e artigo 3.º da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, determino o seguinte:

1 — Nomear, em comissão de serviço, no cargo de cargo de Chefe de Divisão de Programação e Controlo de Investimentos, a licenciada Maria João Martinho Alfeirão, assessora principal do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral;

2 — A presente nomeação produz efeitos à presente data.

9 de Junho de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Martins da Costa Fernandes.*

Nota Curricular

Identificação:

Nome: Maria João Martinho Alfeirão
Data e local de nascimento: 17 de Agosto de 1958, Lisboa

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, concluída em 1985, com a classificação final de 13 valores.

Percurso e Experiência Profissional:

Nomeação, em regime de substituição, como Chefe da Divisão de Programação e Controlo de Investimentos da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (Maio de 2007 até à presente data);

Assessora Principal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, desde Setembro de 2005, da Divisão de Planeamento e Gestão, onde foram integradas as funções antes atribuídas ao Gabinete de Prospectiva a Avaliação;

Assessora do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, na Divisão de Planeamento e Gestão (Abril 2002 a Setembro)

Técnica Superior Principal do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, requisitada na Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, exercendo funções de

coordenadora do Gabinete de Prospectiva a Avaliação, estrutura informal que sucede à Equipa de Projecto para a Prospectiva e Avaliação do PIDDAC (Março de 1998 a Abril de 2002).

Responsável pelo desenvolvimento das actividades do gabinete, nomeadamente, na preparação dos planos anuais de desenvolvimento, com expressão financeira no orçamento de investimentos (PIDDAC), com base na análise das propostas de programação apresentadas pelos órgãos de planeamento dos organismos tutelados pelo Ministério, acompanhamento do processo de gestão e da evolução da execução dos investimentos, elaboração de pareceres sobre alterações ao orçamento, ou sobre outras medidas de gestão, promover a apresentação pelos serviços de relatórios sobre a execução física e financeira dos projectos de investimento, coordenando e mantendo actualizado o quadro de indicadores definidos sobre a execução efectiva e previsional e do elaboração de relatórios.

Participação na Unidade de Gestão do Programa Operacional do Ambiente, em representação da Secretaria-Geral do Ministério.

Nomeação como Coordenadora da Equipa de Projecto para a Prospectiva e Avaliação do PIDDAC do Ministério do Ambiente (Outubro de 1998 a Outubro de 2000), cujo arranque (Março de 1998) deu início à instalação de processos e procedimentos, com vista à coordenação do investimento global do Ministério, definindo os meios e os indicadores com vista ao controlo de execução.

Técnica Superior Principal no Gabinete de Planeamento e Controlo da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, desempenhando funções na área de coordenação do PIDDAC do Ministério da Cultura (Janeiro de 1996 a Março de 1998).

Técnica Superior de 1.ª classe, na Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento, com funções na preparação anual do PIDDAC, na análise e acompanhamento da execução de programas e projectos no mesmo âmbito e colaboração na elaboração dos documentos de análise do PIDDAC (Setembro de 1990 a Janeiro de 1996).

Técnica Superior de 2.ª classe, no Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, com funções na concepção dos instrumentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de várias operações estatísticas, da fase inicial até à saída de resultados, coordenação global na área de estatística e articulação com a área de informática, coordenação das equipas da análise de projectos estatísticos ("Balanço Social "(1986-1989), "Inquérito à Gestão do Tempo de Trabalho 1987 e Inquérito às Necessidades de Formação Profissional das Empresas 1990" (Fevereiro de 1987 a Setembro de 1990).

Ingresso na Função Pública no Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, como Técnica Auxiliar, integrando a equipa de análise dos Quadros de Pessoal na Divisão de Estatísticas de Fontes Administrativas (Outubro de 1977 a Fevereiro de 1987).

Artigo Publicado:

Comunicação sobre o tema "Balanço Social — Potencialidades da Informação Disponível e seu Aproveitamento Estatístico", apresentada na 3.ª RIESLOP-Reunião Internacional sobre Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Outubro de 1989), edição SICT-MESS, 1991.

Instituto Geográfico Português

Aviso n.º 19918/2008

Foi emitido, em 24 de Junho de 2008, em nome de E.I.P.- Electricidade Industrial Portuguesa, S. A., com sede social em Lisboa, na Av. Duque de Loulé, n.º 110, 1050-093 Lisboa, o Alvará n.º 01/2008 CD para o exercício de actividades no domínio do Cadastro Predial. O presente alvará é válido até 24 de Junho de 2013.

24 de Junho de 2008. — O Director-Geral, *Arménio dos Santos Castanheira.*

300500022

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.

Despacho n.º 18598/2008

Na sequência do procedimento concursal destinado à selecção do titular do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, de Director do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa, cujas competências se encontram definidas no artigo 3.º da Portaria n.º 530/2007 de 30 de Abril, que aprova os estatutos do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P., nos termos do disposto nos n.os 8, 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe é dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no uso das minhas competências próprias, nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada do quadro do ICN, Otília da Graça Barreiros Martins.

A nomeada tem o perfil pretendido para fazer cumprir as atribuições e objectivos do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa sendo dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, em virtude de ser detentora de conhecimentos e experiência demonstrados nas áreas relevantes para as funções a exercer, nomeadamente no âmbito do controlo e gestão administrativa e financeira, gestão de recursos humanos e na aplicação de normativos legais no campo dos procedimentos administrativos, conforme resulta do respectivo currículo académico e profissional.

O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

4 de Março de 2008. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes.*

Súmula curricular

Otília da Graça Barreiros Martins

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, concluída em Julho de 1985.

Curriculum profissional, mais relevante:

Directora do Departamento de Finanças e Gestão Administrativa do ICNB, I. P., nomeada em regime de substituição, desde 1 de Maio/2007;

Directora da Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros do ICN, nomeada em regime de substituição, desde 1 de Janeiro de 2005 até 30 de Abril de 2007;

Chefe do Gabinete de Apoio Jurídico do ICN (cargo equiparado a Chefe de Divisão) nomeada na sequência de concurso, por despacho de 08 de Junho de 2000. Funções exercidas até 31 de Dezembro de 2004;

Assessora jurídica da Presidência do ICN, de Maio de 1998 a Junho de 2000;

Assessora jurídica da Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros do SNPRCN e do ICN, de Setembro de 1987 a Maio de 1998;

Coordenadora de estágios profissionais de licenciados em direito;

Monitora nos cursos de formação dos Guardas e Vigilantes da natureza;

Representação do Estado Português na reunião internacional no âmbito da Convenção da Biodiversidade;

Representação do ICN em diversas Comissões Intersectoriais

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18599/2008

Na sequência da avaliação de desempenho relativa ao ano de 2007, foi atribuída à técnica superior principal, Hélia Maria da Silva Nunes Mendes, a menção de Excelente, menção que por imperativo do disposto na alínea *b*) do n.° 3 do artigo 15 da Lei n.° 10/2004, de 22 de Março, confere aos funcionários o direito de promoção na respectiva carreira, independentemente de concurso, caso esteja a decorrer o último ano do período de tempo necessário à promoção.

Tendo em conta que a funcionária preenche os requisitos de tempo e avaliação necessários para a promoção na respectiva carreira, determino, ao abrigo da alínea *d*) do n.° 3 do artigo 15.º da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, a promoção, em reconhecimento de excelência, independentemente de concurso, da técnica superior principal Hélia Maria da Silva Nunes Mendes do quadro de pessoal da ex-Secretaria-Geral do Ministério da Economia, para a categoria de assessor.

3 de Julho de 2008. — O Secretário-Geral, *Mário Silva.*

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Despacho n.º 18600/2008

Considerando que a Lei Orgânica do Ministério da Economia e da Inovação, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 208/2006, de 27 de Outubro, determinou no seu artigo 27.º, alínea *h*) do n.º 3, a extinção sendo objecto de fusão da Direcção-Geral da Empresa cujas atribuições e competências foram integradas na Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE);

Considerando que com a publicação do Decreto Regulamentar n.º 56/2007, de 27 de Abril, se iniciou o processo de fusão da referida Direcção-Geral das Actividades Económicas;